

A união perfeita: estratégias familiares e inserção política
(Rio Grande do Sul – século XIX)

Marcos Antônio Witt¹

Sem minha família eu não sou ninguém.²

Resumo

O presente texto aborda a formação de parentelas como estratégia de inserção social. Dessa forma, batismos e casamentos representaram mais do que compromissos afetivos; dessas cerimônias ou uniões resultaram fechamentos de negócios, compra e venda de terras, filiação política, entre outros acordos firmados entre compadres, afilhados e padrinhos. Como estudo de caso, foi analisada a união das parentelas Diefenthäler e Voges, as quais circularam pelo espaço compreendido entre São Leopoldo e o Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: família, política, imigração

Documentos de Arquivos Familiares, Inventários, Livro-Caixa, Processos-Crime, Registros Paroquiais de paróquias eclesiásticas, elaborados por padres, pastores e funcionários tanto do governo quanto de outras instituições, Registros Paroquiais da Lei de Terras, entre outras fontes, todas interligadas a obras historiográficas de referência³, colaboraram para a construção deste trabalho. No entanto, elas representam um emaranhado de nomes, datas, lugares e compromissos que, às vezes, deixam o historiador sem saber por onde começar: pelo batismo ou pelo óbito? Pelo compromisso mais explícito ou por aquilo que se lê nas entrelinhas? Deve-se deter especificamente nas relações familiares ou *abrir o leque* para

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Historiador e Assistente de pesquisa no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo. O presente texto integra o Capítulo II da minha Tese de Doutorado. Ver: WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. Porto Alegre, 2008. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2008.

² Franz Becker, 1842. In: AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 45.

³ CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002; GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989; HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUNB, 1995.

2

observar que a instituição *família* se expandiu e trouxe, nesse movimento de expansão, incontáveis nomes para o seu interior? De fato, a explosão de informações que existe nestas fontes é perturbadora, por que não dizer, quase sufocantes.⁴

Apesar das inúmeras fontes e dos quase incontáveis dados obtidos através da investigação, tentou-se fugir da *areia movediça* e, pouco a pouco, avançar no sentido de dar o primeiro passo em direção ao que se pode chamar de *substancial* na análise da imigração no século XIX. Não obstante parte da historiografia clássica da história da imigração alemã dedicar-se à genealogia e à descrição dos feitos das famílias que compuseram os núcleos coloniais, há, ainda, muito o que pesquisar e escrever sobre as relações familiares, tanto as locais quanto aquelas que, na expansão da colonização, viram-se separadas por quilômetros de distância. O trabalho, a cultura e o desenvolvimento trazido e proporcionado pelos imigrantes podem ser facilmente encontrados nos autores considerados clássicos. Porém, no que tange às relações familiares – inclusive as de amizade –, tornam-se mais escassas as referências a esse tipo de vínculo entre os imigrantes e seus descendentes, e entre estes e os seus vizinhos nacionais. Levi aponta para essas dificuldades, ao expressar opinião oposta aos que reduzem a família ao universo de pais e filhos. Segundo Levi, “essas estratégias colocam em jogo... ‘frentes familiares’ formadas por unidades que não residem juntas mas ‘unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias’”.⁵

A aproximação e o contato estreito com as fontes citadas no primeiro parágrafo deste trabalho indicaram caminhos de observação e análise os quais permitem afirmar, hoje, que a história da imigração pode ser melhor compreendida sob a luz das relações familiares intra e extragrupo, independente de se darem dentro de um mesmo núcleo ou entre Colônias que estão separadas geograficamente.

⁴ Tramontini justificou a forte carga documental da sua Tese da seguinte forma: “no que se refere à metodologia do trabalho, optou-se por um levantamento sistemático do maior volume possível de informações sobre o nosso objeto. Assim, o que, por vezes, pode parecer empirismo ou preciosismo, tem um outro objetivo, que é de relativizar interpretações consagradas em documentos e/ou análises”. As considerações de Tramontini são pertinentes a este trabalho, também *carregado* de “farto material documental”. A pesquisa em “arquivos locais”, principalmente AHRs e APERS, se deu em razão de essas instituições serem as mantenedoras de boa parte da documentação que trata sobre imigração no Rio Grande do Sul. Ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p. 16; p. 14.

⁵ LEVI, op. cit., p. 30.

No caso das Colônias de São Leopoldo e Torres, Martin Dreher buscou analisar o trânsito humano existente entre esses núcleos coloniais através dos registros elaborados pelos pastores da época, principalmente Ehlers e Voges, chegando também à conclusão de que esses espaços se comunicavam e não estavam isolados. O texto contém transcrições dos livros paroquiais que ratificam a posição do autor e permitem uma nova leitura da comunicação e do trânsito entre as Colônias. No mesmo sentido, para Ginzburg, a utilização do nome apontou para um novo objeto de pesquisa: a reconstituição das famílias. A busca de informações, a partir do nome, desdobra-se em múltiplas fontes, como registro das paróquias rurais, registros cadastrais, arquivo privado da propriedade e registros de administração. Após a coleta e análise dos dados encontrados nessas fontes, “é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas”. Defende-se, desta forma, o entrecruzamento de dados de diversas famílias e núcleos coloniais obtidos em inúmeros arquivos, como método de aproximação e análise do processo de colonização no Rio Grande do Sul.⁶

Valendo-me da metodologia normalmente empregada para os estudos de caso, optei por tentar responder às questões norteadoras deste trabalho com a análise de um caso singular, porém amplamente representativo, que foi a união das famílias Diefenthäler e Voges. Para tal, houve a necessidade de se formular a seguinte pergunta: como o pastor Carlos Leopoldo Voges pôde abrir e dar continuidade à sua venda? A tradição oral e a produção bibliográfica de Müller indicam que os recursos financeiros para a abertura do comércio poderiam ter vindo da família de sua esposa, Elisabeth Diefenthäler.

O CD-ROM elaborado pelo Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros⁷, no qual foram transcritos os livros de batismo, confirmação, casamento e óbito da paróquia evangélico-luterana de São Leopoldo, constituiu-se numa das fontes principais dessa parte da pesquisa. Para complementar alguns dados, cruzei informações com inventários, livro-caixa, processos-crime e registros paroquiais de Três Forquilhas, elaborados pelo pastor Voges, além do auxílio encontrado na historiografia, especialmente no *1826*, de Hunsche. O cruzamento das fontes resultou na observação e quantificação de elementos que se sobrepuseram aos nomes:

⁶ DREHER, Martin N. São Leopoldo e Três Forquilhas – relações humanas. In: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 235-242; GINZBURG, op. cit., p. 174.

⁷ DREHER, Martin Norberto (Org.). *Livros de registro da comunidade evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. 2.ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004. (CD-ROM). Martin Dreher é coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB), responsável pela transcrição e elaboração do referido CD-ROM.

4

os batismos, as propriedades, os devedores, por exemplo, foram quantificados a fim de, no seu conjunto, demonstrarem a totalidade dos batismos realizados, das propriedades que uma família possuía ou do montante da dívida. O entrecruzamento dos dados obtidos encontra respaldo nas orientações de Ginzburg, para o qual o ponto de partida deve ser o arquivo de maior amplitude; em seguida, os resultados obtidos devem ser contrastados com os arquivos mais pontuais, como os registros de paróquia, nos quais o pesquisador poderá localizar os acontecimentos que estão diretamente ligados à família: nascimento, batismo, casamento e morte.⁸

O que interessa, nesta análise, é buscar subsídios para a afirmação de que através das relações estabelecidas entre Voges e a família de sua esposa no mega-espaço São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS) pode-se descortinar *outra* imigração que foge aos *velhos e estanques* conceitos estabelecidos pela historiografia clássica da imigração alemã e pelos germanófilos. E qual seria essa *outra* imigração? A que rompe com a tese do isolamento tanto entre as Colônias quanto entre os colonos alemães e seus descendentes com os nacionais; a que redireciona o holofote do “civilizado”, “ordeiro” e “trabalhador” para o agricultor ou artesão que sabe o que quer, que se articula com os pares ou com os “estranhos” para buscar o que julga de direito; a que impulsiona e mantém colonos alemães e seus descendentes na disputa política e/ou por cargos públicos; a que percebe conluios, arranjos e fraudes no que se relaciona à prática política; e a que estimula a semelhança entre os colonos abastados com seus vizinhos nacionais através da compra e manutenção de escravos.

O caminho de volta – o retorno – levou-me até a Alemanha do início do século XIX, quando um pouco antes de 1805, Elisabeth Diehl casou com Philipp Diefenthäler. Pelos registros transcritos no CD-ROM do NETB e também pela genealogia encontrada no 1826 de Hunsche, sabe-se que Elisabeth casou pela segunda vez, ainda na Alemanha, em mais ou menos 1816, provavelmente com seu cunhado, Jacob Diefenthäler. As três filhas do primeiro casamento – Catharina, Elisabeth e Anna Maria –, mais os quatro filhos do segundo – Peter, Philipp, Jacob e Johannes –, vieram com o casal, sendo que no Brasil Elisabeth ainda teve Jeannette, provavelmente em 1826.⁹

⁸ HUNSCHE, op. cit.; GINZBURG, op. cit., p. 170-171, p. 174-175.

⁹ O cruzamento de todos esses dados familiares indica, inegavelmente, que as ferramentas da genealogia foram requisitadas com todo vigor, embora a análise contemple outras formas de investigação, como prosopografia e

O prosseguimento da pesquisa teria sido menos “espinhoso” se a busca do inventário de Jacob Diefenthäler tivesse produzido resultados favoráveis, isto é, após vasculhar as gavetas e listagens de inventários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), não foi possível localizar o documento que informaria qual o percentual da herança que fora destinado aos herdeiros. Como eram comerciantes e proprietários de diversas colônias, é lícito pensar que os motivos que levaram à decisão de descumprir a lei tenham passado pelo econômico (fugir do pagamento dos impostos), pelo medo das autoridades, ou, talvez, pelo próprio desconhecimento da obrigação de se inventariar os bens. A procura do inventário de Jacob terminou com a incerteza sobre a existência, ou não, do documento. Por outro lado, o fato de não o encontrar obrigou-me a uma jornada sensivelmente superior, que foi a busca dos inventários dos filhos e demais parentes.

O registro de óbito de Jacob Diefenthäler informa que ele era “comerciante na Costa da Serra”. Essa informação, aparentemente tão singela, é de uma relevância singular, pois é uma das raras referências ao tipo de atividade a que os sogros de Voges se dedicavam. Se por um lado não foi possível verificar quanto ou o que foi herdado pela esposa de Voges, o fato de saber que seus sogros realmente eram comerciantes reforça a idéia de que laços comerciais foram estabelecidos entre a família no mega-espço SL-LNRS. Cabe destacar que essa constatação é fruto da análise de todo um rol de documentação; porém, somente a leitura dos registros paroquiais de São Leopoldo já indicaria que a família esteve envolvida numa rede de negócios que abarcava comércio (venda), navegação fluvial e terra.

Portanto, a união de Carlos Leopoldo Voges com Elisabeth Diefenthäler, casados pelo pastor Ehlers, em São Leopoldo, no dia 24 de março de 1828, pode ser considerada como o símbolo maior desse tipo de acordo que se fazia através dos casamentos. Nesse período, Voges transitou entre São Leopoldo, Costa da Serra, Dois Irmãos, Ivoti e o LNRS, pois ainda não havia estabelecido residência definitiva em Três Forquilhas; ao contrário, engalfinhava-se numa disputa com seu colega Ehlers para tentar permanecer em São Leopoldo. De Três Forquilhas manteve contato com o restante da família de sua esposa, pessoalmente ou representado por outras pessoas através de cartas e/ou recados. O fato de estar

biografia. As palavras de Charle sintetizam o que vem sendo proposto neste capítulo: “O historiador reencontra-se com a genealogia e a biografia, os dois gêneros históricos primeiros”. Ver: CHARLE apud HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 30.

6

geograficamente distante não impediu o casal Diefenthäler-Voges e seus filhos de estar presentes em encontros significativos, como o batismo de uma afilhada. Essa “presença” poderia dar-se pessoalmente ou por representação. Às vezes, o inverso também acontecia. Cunhados de Voges, residentes na Colônia-Mãe, batizavam afilhados nascidos no litoral. Este foi o caso do filho mais novo, Jacob, batizado com o nome do padrinho, Jacob Diefenthäler. A criança nasceu em Três Forquilhas, a 22 de março de 1840 e foi batizada em 12 de abril do mesmo ano. Se o padrinho esteve presente pessoalmente ou se foi representado, de fato, não importa. O significativo é que este batizado indica que havia laços de afetividade e contato entre os parentes. A fim de explicitar ainda mais a importância dos apadrinhamentos para a manutenção de laços afetivos e econômicos, foram localizados no CD-ROM do NETB seis batizados, nos quais membros das famílias Diefenthäler-Voges aparecem como padrinhos. Janaína Amado considera que os laços familiares estabelecidos até 1845, quando a Colônia de São Leopoldo poderia ser considerada uma “sociedade de iguais”, não excluía noivos ou padrinhos mais ou menos favorecidos economicamente. Após esse período, para a autora, houve certa cisão nas relações de parentesco, sendo que colonos abastados apadrinhavam seus pares, enquanto agricultores ou artesãos empobrecidos fixavam vínculos com vizinhos e parentes que se encontravam em situação semelhante. Os casos analisados neste trabalho propõem uma análise mais fluida, não tão estanque quanto a proposta por Amado. Ao que parece, Voges e Diefenthäler souberam estreitar vínculos afetivos, mas também permeados por outros interesses, com parentes e vizinhos desde a chegada ao Rio Grande do Sul.¹⁰

O primeiro batizado é o de Elisabeth Petersen, realizado em Três Forquilhas, em 30 de outubro de 1828. Os pais da menina, Catharina e Peter F. Petersen, cunhada e concunhado de Voges, eram colonos estabelecidos no Vale do Três Forquilhas, os quais acompanharam o pastor em sua transferência para o litoral. O nome da batizanda indica um costume da época: a perpetuação dos nomes no seio familiar. Portanto, “Elisabeth” é o nome da madrinha, mas também o da avó, sendo padrinhos o casal Diefenthäler-Voges. Ao analisar os registros de casamento, verifiquei que, em 1844, essa afilhada de Voges casou em São Leopoldo com Johann Carl Bohrer, de profissão “seleiro”. Do casamento, ressaltam-se a profissão do noivo – seleiro – e o local - São Leopoldo -, o que vincula toda a família Diefenthäler, mais o pastor Voges, com uma das principais atividades da Colônia alemã no RS, que mais tarde deu

¹⁰ Ver: AMADO, op. cit., p. 92-94.

7

origem à indústria coureiro-calçadista. O vínculo dos padrinhos com sua afilhada é tão estreito que quando Johann Bohrer e Elisabeth Petersen batizaram um de seus filhos em 1852 – Johann Adolph – um dos padrinhos foi Adolpho Voges, filho primogênito do pastor que assumiu os negócios da família e tornou-se chefe político liberal no LNRS. Mais uma vez, constata-se a repetição dos nomes, tanto do pai – Johann –, quanto do padrinho – Adolph –, o que confirma a idéia da permanência e perpetuação dos nomes e a explicitação do prestígio do padrinho junto à comunidade e à família que o convidou. Não se sabe o porquê, mas Adolpho Voges não compareceu ao batizado, sendo substituído por Jacob Diehl, genro de Voges. O nome Adolf vai aparecer, novamente, no filho de Peter Diefenthäler e Caroline, nascida Reichardt, sendo que, neste caso, o tio, Peter Diefenthäler, homenageou seu sobrinho Adolpho Voges, dando seu nome para o filho.

O segundo batizado é o de Peter Friedrich, filho de Peter Petersen e Catharina Diefenthäler, também realizado em Três Forquilhas, no ano de 1833. Foram padrinhos Peter Diefenthäler, irmão da mãe, e Friederica Voges, filha de Voges. Consta no registro que Friederica foi “representada por sua mãe Elisabeth Voges”. Além da referência ao nome, que pode ter vindo do pai ou do padrinho, ou de ambos, pode-se conjecturar sobre a presença de Peter Diefenthäler na hora do batizado. Se de fato ele compareceu, isso significa que empreendeu viagem de São Leopoldo até a Colônia do Vale do Três Forquilhas.

O terceiro batizado é o de Carl Friedrich Panitz, filho de Friedrich Wilhelm Panitz e de Janette Diefenthäler, irmã da esposa de Voges. O batizado ocorreu “próximo à vila de São Leopoldo”, em 1849. Foram padrinhos Carl Panitz, Anna Panitz, nascida Gesellgen, e Catharina Friederike Voges, filha do casal Diefenthäler-Voges. Isso significa dizer que Catharina foi madrinha de seu primo. Como o batizado foi celebrado em São Leopoldo, Catharina deve ter feito a viagem SL-LNRS para participar do encontro familiar, ou, então, já se encontrava na vila uma vez que em 20 de julho de 1851 casou com Jacob Sebastian Diehl.¹¹

O quarto batizado é o de Pauline Florentine Dreher, em São Leopoldo, em 1851. Foram padrinhos Jacob Diehl e Catharina Diehl, filha de Voges. Esse batismo é importante

¹¹ KOLIVER, Isete Maria. Descendência do pastor Carl Leopold Voges. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 119-148.

8

porque demonstra laços afetivos entre três famílias que também mantiveram negócios: Diehl, Dreher e Voges foram sócios na empresa de navegação fluvial que transportava mercadorias e produtos diversos por algumas lagoas do LNRS.

O quinto batizado já foi citado: trata-se do batismo de Johann Adolph Bohrer, de 1852, no qual Adolpho Voges foi um dos padrinhos, sendo substituído por Jacob Diehl.

O sexto batizado é o de Maria Louise Eugenia Dreher, também em São Leopoldo, em 1853. Foram padrinhos Carl Voges e Maria Louise Geisbuch. Além da madrinha ser homenageada pelos pais da batizanda, pois a menina levou o seu nome, destaca-se o padrinho Carl Voges. Como neste momento a família Voges tem outros membros que levam o nome do imigrante, não se pode afirmar que o Carl padrinho seja o pastor. Por exemplo, na descrição dos herdeiros de Margarida Teifentheler, falecida em 2 de março de 1846, encontra-se Carlos Leopoldo, então com 11 anos, filho da inventariada e de Pedro Teifentheler, cunhado de Voges. Os dados do inventário indicam que houve homenagem e reforço dos laços familiares através da repetição do nome do pastor. Igualmente significativo é que laços de afetividade entre Voges e Dreher foram renovados através deste compromisso.

Desse emaranhado de nomes, datas e compromissos estabelecidos, podem-se fazer diversas leituras, dentre as quais a perpetuação da memória e da própria história familiar através da repetição dos nomes, o trânsito empreendido no mega-espço SL-LNRS e os laços afetivos firmados entre aqueles que também contrataram “laços de negócio”. De acordo com Woortmann, o compadrio servia para estabelecer e reforçar esses laços, agindo “como uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações”. O que predomina, neste caso, é a função social do compadrio, isto é, aumentar a solidariedade e a estabilidade social através das trocas materiais entre compadres.¹²

Quanto aos nomes, o costume da época de se homenagear os avós, pais e padrinhos transcende o sentimento de amizade e admiração por aquele que “doará” a duplicidade do seu nome para o batizando. A transmissão do nome vinha carregada de significados: homenagem, memória familiar e desejo de que características positivas e progresso material dos avós, pais e/ou padrinhos estivessem se agregando à vida do recém-nascido. Em outros casos, a criança

¹² WOORTMANN, op. cit., p. 63-64.

9

não recebia o nome da madrinha, mas esperava-se que toda carga positiva do adulto fosse transmitida para o batizando. Janette Diefenthäler, casada com Friedrich Wilhelm Panitz, ao batizar sua filha Maria Henrietta Panitz, convidou sua irmã, Anna Maria Hartmann, casada com o curtidor Johann Heinrich Hartmann, para ser madrinha de sua filha.

Dessa forma, a família, ao escolher um indivíduo para ser padrinho ou madrinha, estava optando pela personagem social que aquela pessoa representava e era essa representação que deveria ser transmitida ao afilhado. Dreher compartilha desta mesma idéia ao afirmar que,

os livros [paroquiais] nos dão não só informação a respeito da criança batizada, dos noivos ou dos falecidos. Mostram-nos verdadeira história familiar. Assim, somos informados sobre local de nascimento dos pais, sobre as relações de compadrio, sobre o nome do padrinho ou madrinha, do qual a criança recebe o seu nome.¹³

Em relação ao trânsito SL-LNRS, os registros de batismo colaboram de maneira significativa com os que defendem o fim da tese do isolamento, pois os inúmeros contatos estabelecidos entre os familiares – pessoalmente ou não – ratificam que havia comunicação entre a Colônia-Mãe e a Colônia alemã das Torres. Voges, neste caso, pertenceria a “estratos sociais de elevada mobilidade geográfica”.¹⁴ Por todo o século XIX, o Brasil, de uma forma geral, foi um país de lugares geograficamente isolados, separados uns dos outros por inúmeros quilômetros. Se a tese do isolamento imperasse, a comunicação do litoral brasileiro com o interior (sertão) teria sido praticamente impossível. De certa forma, pode-se conjecturar que a tese do isolamento teria impedido a unificação territorial, uma vez que os núcleos estariam tão incomunicáveis que isso dificultaria a formação territorial do Brasil.

Outra leitura possível dos registros de batismo é a demonstração de laços de afetividade entre famílias que se associaram num empreendimento comercial ou “industrial”. Marina Raymundo da Silva¹⁵ analisou a navegação lacustre no LNRS, a qual teria começado com a empresa formada pelos Diehl, Dreher e Voges. Os registros demonstram que os acertos e encontros familiares eram perpassados pelos compromissos de negócios. Casamento e apadrinhamento eram formas de criar vínculos mais perpétuos entre famílias do que

¹³ DREHER, op. cit., 1999; p. 235-236.

¹⁴ GINZBURG, op. cit., p. 175.

¹⁵ SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório – Torres*. 2. ed. Porto Alegre: Jollo, 1999.

10

meramente a abertura de uma sociedade empresarial. Antonio Candido, ao biografar a vida de um funcionário público do segundo escalão da monarquia¹⁶, constatou que os arranjos familiares eram imprescindíveis para o funcionamento da sociedade como um todo, não apenas no plano íntimo-afetivo, mas, inclusive, nas relações de poder tanto públicas quanto privadas. O casamento de Jacob Diehl com a filha de Voges, por exemplo, constituiu-se, portanto, numa dupla aliança: a do casal, que passou a compor uma nova família, e a da empresa de navegação lacustre, uma espécie de *casamento ampliado* entre as duas famílias, também chamado por Ginzburg de “estratégias matrimoniais de famílias aliadas e afins”.¹⁷ Embora tenha dado ênfase aos matrimônios selados entre famílias que se destacaram no cenário litorâneo, a tese do isolamento transparece nas considerações de Silva, a qual afirma que “mesmo assim, muito tempo se passou até que as vilas açorianas, alemãs e italianas do Litoral Setentrional conseguissem ter um pouco mais de progresso”. Ao invés de reproduzir o que as matrizes historiográficas sentenciaram, a autora poderia ter direcionado seus holofotes para outras regiões, como aos Campos de Cima da Serra, à província de Santa Catarina e ao próprio litoral como um todo, exercício que lhe permitiria relativizar o suposto isolamento do LNRS.¹⁸

Por sua vez, o estudo de Siriani acrescenta a busca e a manutenção da germanidade como critério para a escolha dos padrinhos. Somavam-se, portanto, o poder econômico e o grau de influência dos futuros compadres à preservação da cultura germânica. No primeiro caso,

os padrinhos eram escolhidos entre os parentes mais próximos ou entre as figuras mais ilustres da sociedade local, uma forma de garantir não apenas a introdução da criança no seio da cristandade como também proporcionar-lhe certo *status* quando os padrinhos eram abastados.¹⁹

Quanto à manutenção da germanidade, os filhos eram confiados “a pessoas cuja procedência e hábitos eram conhecidos e similares aos de seus pais”.²⁰

¹⁶ CANDIDO, op. cit.

¹⁷ GINZBURG, op. cit., p. 175.

¹⁸ SILVA, op. cit., p. 15.

¹⁹ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2003, p. 224.

²⁰ SIRIANI, op. cit., p. 224.

Para encerrar, volto à primeira citação desse trabalho: “sem minha família eu não sou ninguém”. De fato, era difícil para um indivíduo solteiro conquistar espaço social sem a base fornecida pela família. Afetividade aliava-se a interesses múltiplos, como negócios decorrentes de transações comerciais. Os agentes históricos pesquisados e *perseguidos* ao longo da Tese solidificaram a idéia de que a *união perfeita* era aquela que permitia crescimento e consolidação do núcleo familiar. Foi desse modo que Voges expandiu seus negócios, entrou para a política e manteve seu pastorado por mais de sessenta anos na Colônia do Vale do Três Forquilhas. Os *tentáculos familiares* ultrapassaram as barreiras naturais do LNRS, passaram por Taquara, Dois Irmãos e São Leopoldo, chegando até Taquari. Batismos e casamentos propiciaram encontros sutis e outros *maquiavelicamente* combinados; permitiram que crianças chorassem ao receber a água batismal e que jovens dissessem “sim” para toda a vida; porém também proporcionaram a formação de sociedades, a compra e venda de colônias, a conversão de mais um adepto para os partidos Liberal ou Conservador. Enfim, quiçá pudéssemos ouvir, estar à espreita, para saber o que pais, padrinhos, nubentes, padres, pastores, conversaram, omitiram, desdisseram, compactuaram durante essas *uniões perfeitas*.

Referência bibliográfica

- AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.
- DREHER, Martin Norberto. São Leopoldo e Três Forquilhas – relações humanas. In: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 235-242.
- _____. (Org.). *Livros de registro da comunidade evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. 2.ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004. (CD-ROM).
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

12

KOLIVER, Isete Maria. Descendência do pastor Carl Leopold Voges. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 119-148.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório – Torres*. 2. ed. Porto Alegre: Jollo, 1999.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. Porto Alegre, 2008. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2008.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUNB, 1995.